

JUDICIÁRIO

XIV Fórum de Lisboa junta juristas e intelectuais para debates sobre os vetores de influência na nova ordem internacional

Portugal une poder e pensamento

» ANA MARIA CAMPOS
Enviada especial

Lisboa — A capital portuguesa mais uma vez torna-se palco de discussões e reflexões sobre temas da atualidade que influenciam as principais decisões mundiais. Começa hoje o XIV Fórum de Lisboa, que já ficou conhecido como Gilmarpalooza, em referência ao anfitrião do evento, o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Milhares de brasileiros cruzaram o Atlântico para estarem, durante três dias, num espaço nobre de análises e relacionamentos jurídicos, políticos, sociais e acadêmicos. Na edição deste ano, o tema será *Nova Ordem Internacional, Tecnologia e Soberania*, com a presença na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de representantes de países como Portugal, Alemanha, Angola, Colômbia, França, Estados Unidos, Espanha, Grécia, Itália, Moçambique, Cabo Verde e Reino Unido.

Gilmar abrirá os debates no auditório da reitoria, tendo a seu lado na mesa o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB); o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão; Luis Manuel dos Anjos Ferreira, reitor da Universidade de Lisboa; Carlos Blanco de Moraes, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, coordenador científico do Lisbon Public Law Research Centre e consultor sênior do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal; Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti.

Será a largada para três dias de evento com mais de 470 palestrantes, cerca de 70 painéis de debate e

a mais ampla participação internacional da sua história, com a pretensão de conectar estudos acadêmicos de alto nível a um debate que reunirá, à mesma mesa, universidade, política, Executivo, empresários, representantes do setor produtivo e do mercado financeiro, juristas, advogados e Judiciário. Cada um com seu olhar sobre temas, como a globalização, a polarização, o poder das potências mundiais, a força das big-techs e da inteligência artificial.

O dia promete polêmicas. Às 11h, o ministro Alexandre de Moraes participa de um painel sobre democracia, populismo e polarização ideológica. O relator da ação penal sobre a tentativa de golpe terá a seu lado na mesa o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques; o professor emérito da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Dominique Rousseau, entre outros.

Ausência

Estava confirmada, também para a tarde, um painel que despertava bastante interesse dos participantes sobre “constitucionalismo transformador”, com a presença do ministro Flávio Dino, do STF. Grande orador, o magistrado foi muito aplaudido no ano passado, durante o XIII Fórum de Lisboa. Mas precisou cancelar a participação neste ano porque teve uma queda e fraturou o pé. O painel foi confirmado com a presença já programada do ex-presidente do STF Luís Roberto Barroso.

Não faltarão neste ano debates de alto nível. Entre as grandes expectativas, estão duas estrelas internacionais: Thomas Friedman, colunista do *The New York Times* e vencedor de três prêmios Pulitzer, reconhecido pelas análises sobre geopolítica, globalização e inovação tecnológica; e Joel Moky,

Divulgação
IDP DATA & LITERARIA
E A TECNOLOGIA
ET IDL



Ministro Gilmar Mendes no Fórum de Lisboa de 2025. Além de ser o anfitrião do evento, participará das discussões e fará a moderação de um dos debates

vencedor do Prêmio Nobel das Ciências Econômicas e professor da Northwestern University, considerado uma das maiores autoridades mundiais em história econômica, inovação e crescimento.

Friedman entra em cena amanhã, em keynote speech, sobre *Nova Ordem Global: Tecnologia, Geopolítica e o Futuro*. Falará ao lado de Gilmar com moderação do banqueiro André Esteves, sócio sênior do BTG Pactual.

Maky vai dar uma palestra sobre inovação em tempos de disrupção. Terá na mesa a diretora-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras do Brasil (FIN), Cristiane de Oliveira Coelho Galvão, que é professora do IDP. A moderação ficará a cargo de Gilmar.

Alguns advogados apostaram que o evento estaria mais esvaziado neste ano por conta da conjuntura política, crise do Judiciário e eleições. Mas não é o que se constata com as confirmações de presenças nos painéis. Do STJ, participarão 11 ministros, entre os quais o presidente e vice eleitos para o biênio 2026-2028, respectivamente — Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também está em Lisboa.

Ex-presidentes

Três ex-presidentes estarão nos debates: Michel Temer, Jorge Carlos Fonseca, de Cabo Verde, e Ivan Duque, da Colômbia. O Congresso

também mandou representantes. Além do presidente da Câmara, estarão na Faculdade de Lisboa 15 congressistas.

Importantes representantes do mercado financeiro também confirmaram. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, vai falar sobre os rumos da economia brasileira, na mesa com o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, hoje diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, e do presidente da Federação dos Bancos do Brasil (Febraban), Isaac Sidney.

Nos três dias de evento, a cidade que já é tomada de brasileiros torna-se ainda mais a cara do Brasil. No aeroporto Humberto Delgado, muitos passageiros desembarcaram nos últimos dias com esse

propósito, a ponto de surpreender os agentes da imigração.

Muitos restaurantes também estão tomados por brasileiros. Alguns totalmente reservados para quem está em Lisboa a fim de participar do evento. Há ainda os almoços e jantares em que políticos, magistrados e advogados aproveitam a ocasião para uma conversa mais informal.

O Fórum de Lisboa é organizado pelo IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e pelo FGV Justiça (Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV).

Dino fratura o pé e desiste de viagem

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sofreu um acidente doméstico e fraturou o pé. De acordo com a assessoria do magistrado, ele também rompeu um ligamento, mas se recupera em casa, em São Luís. Em razão do acidente, não participará do Fórum de

Lisboa, evento do setor jurídico que ocorre na capital portuguesa a partir de hoje.

O encontro é visto como termômetro que mede a temperatura das relações entre o STF e a política. A Corte está no centro de polêmicas por causa do escândalo do Banco Master, que atingiu Moraes — devido a um contrato do escritório da mulher do

ministro, Viviane Barci de Moraes, de R\$ 129 milhões, com a instituição financeira de Daniel Vorcaro — e o ministro Dias Toffoli — sócio da Maridt, que vendeu a parte que tinha no resort Tayayá, no Paraná, a fundos administrados por Fabiano Zettel, cunhado do ex-banqueiro.

Em artigo publicado no site Jota, Dino comentou o acidente

que sofreu. “Alcançado por um pequeno acidente doméstico, não obtive autorização médica para um longo voo até Lisboa, a fim de participar de mais uma edição do sempre bem-sucedido Fórum, coordenado pelo colega e amigo Gilmar Mendes”, explicou.

O ministro participaria de um painel sobre “constitucionalismo transformador”. No texto

publicado ontem, ele destaca que o Congresso sofre de uma “dificuldade decisória”, em razão de um “fortíssimo sistema de jurisdição constitucional”.

“O atual ciclo brasileiro, nascido do ventre da crise da política inaugurada em 2013, tem a marca de uma prolongada dificuldade decisória no âmbito do Congresso Nacional, o que acaba por fortalecer a tendência apontada pela Carta de 1988: um fortíssimo sistema de jurisdição constitucional”, observou.

Dino defendeu que as cortes constitucionais devem atuar como barreiras ao retrocesso. “Em um constitucionalismo transformador, as cortes constitucionais devem atuar, simultaneamente, como agentes de concretização do projeto constitucional e como barreiras institucionais contra retrocessos e transformações incompatíveis com a ordem constitucional. No Brasil, ora o STF é vetor de transformações; ora é escudo contra transformações”, salienta.

» ponto a ponto | ESPERIDIÃO AMIN | SENADOR (PP-SC)

Um fundo permanente contra desastre ambiental

» ALÍCIA BERNARDES

Após a sessão de debate temático realizada no Senado sobre os impactos do El Niño e de outros eventos climáticos extremos, o senador Esperidião Amin (PP-SC) avaliou que o encontro teve saldo positivo ao atualizar propostas de prevenção e resposta a desastres naturais. Em entrevista ao *Correio*, o parlamentar afirmou que pretende encaminhar ao presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP),

uma lista de projetos de lei e medidas consideradas prioritárias para reduzir os efeitos de enchentes, deslizamentos e secas. Amin também defendeu a criação de um fundo permanente para desastres climáticos, reforçou a importância da fiscalização dos recursos destinados à prevenção e disse que o Brasil ainda está distante do nível de preparação observado em países como o Japão.

Medidas urgentes

Vou encaminhar uma lista de projetos de lei e um projeto de resolução que apresentei, e que ainda não foram aprovados. São medidas legislativas importantes para ajudar na prevenção e no enfrentamento desses eventos. Durante a sessão, vários participantes também apresentaram sugestões semelhantes. O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e representantes de Santa Catarina citaram propostas que podem avançar rapidamente.

Ações preventivas

Nós reunimos uma coletânea de medidas que passam pela manutenção básica das cidades. É

preciso limpar sistemas de drenagem, desobstruir cursos d’água e realizar obras relativamente simples que possam reduzir os impactos das enchentes. São ações que tornam esses eventos menos letais e menos destrutivos.

Assistência às vítimas

As pessoas que perdem suas casas, seus bens e são obrigadas a abandonar suas residências sofrem impactos profundos. Elas precisam de apoio material, mas, também, psicológico e psiquiátrico. Essa assistência deve ocorrer antes e depois dos desastres. É preciso preparar a população para compreender os alertas e agir preventivamente, sem enxergá-los como ameaças, mas como instrumentos de proteção.

Pauta no Congresso

Vamos apresentar ao presidente do Senado, na próxima semana, um pedido de pauta acompanhado da lista de projetos que surgiram como resultado da sessão. Esse será o saldo legislativo do debate que realizamos.

Fundo permanente

Essa proposta foi apresentada e considero muito importante. Todos sabem que esses eventos vão voltar a acontecer. Se sabemos disso, precisamos criar um fundo permanente para enfrentá-los. Não podemos continuar sendo surpreendidos por algo que já sabemos que ocorrerá novamente.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Reunimos uma coletânea de medidas que passam pela manutenção básica das cidades. É preciso limpar sistemas de drenagem e realizar obras simples que possam reduzir os impactos das enchentes. São ações que tornam esses eventos menos letais”

Execução

Em Santa Catarina, por exemplo, o Tribunal de Contas acompanha tanto o orçamento quanto a execução dos recursos destinados à defesa civil. Se há verba prevista para prevenção e ela não é utilizada, os gestores podem ser responsabilizados. O orçamento existe justamente para garantir a qualidade do gasto público.

Situação do Brasil

Nosso paradigma deve ser o Japão, que é referência mundial em prevenção e gestão de riscos. Claro que o Brasil tem dimensões continentais e uma realidade muito

diferente, mas precisamos nos inspirar em exemplos que conseguiram reduzir significativamente os impactos de enchentes, deslizamentos e outros desastres naturais.

Mapeamento

Mais do que fiscalização, é necessária uma identificação adequada dessas áreas. Isso é uma tarefa da defesa civil local. Os municípios precisam mapear os locais de maior vulnerabilidade e estabelecer níveis de risco. Essa é uma medida preventiva fundamental e não exige investimentos tão elevados.

Auxílio às famílias

Essa é uma questão que precisa

ser tratada localmente e regionalmente. Não será Brasília que fará esse trabalho. A identificação das áreas de risco deve ser acompanhada por programas estaduais e nacionais que auxiliem os municípios a encontrar soluções para essas famílias.

Nível do debate

O saldo foi positivo porque atualizamos informações e propostas que já conhecíamos. O problema não é novo, mas conseguimos reunir especialistas, aperfeiçoar diagnósticos e consolidar medidas que podem fortalecer a prevenção e a resposta aos eventos climáticos extremos.